

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.538 - AM (2019/0186585-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE**
ADVOGADOS : **ERIK FRANKLIN BEZERRA - DF015978**
 ADRIANO PIMENTEL DA SILVA - DF031097
 PAULA CAROLINE NASCIMENTO DE OLIVEIRA -
 DF047485
 ELTON MACIEL COUTINHO DE SOUZA - DF049819
AGRAVADO : **ERALDO DA CRUZ FERREIRA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Execução de título extrajudicial.
2. O recurso especial não pode ser conhecido quando a alegação de ofensa à lei for genérica.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas e interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
6. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
7. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
8. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto pela FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE , contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e/ou "c" do

Superior Tribunal de Justiça

permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 25/04/2019.

Concluso ao gabinete em: 02/10/2019.

Ação: execução de título extrajudicial - contrato de empréstimo - ajuizada pela agravante em face de ERALDO DA CRUZ FERREIRA.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de restabelecimento de consignação em folha de pagamento do executado.

Acórdão: negou provimento ao recurso interposto pela agravante, conforme a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE MÚTUO. INADIMPLÊNCIA. DESCONTO COMPULSÓRIO EM FOLHA DE PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. IMPENHORABILIDADE. ART. 833, IV. DO CPC. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Possibilidade de se permitir, em sede de execução, reabilitação/implementação de desconto compulsório na monta de 30% na folha de pagamento de militar das Forças Armadas que celebrou com a Fundação Habitacional do Exército - FHE contrato de empréstimo consignatório, mas que *a posteriori* se tornou inadimplente.

2. O atual art. 833, IV, do CPC (correspondente ao antigo art. 649, IV, do CPC/73) estabelece expressamente que "São impenhoráveis: os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem, como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de, sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal...", ressalvados os casos de pensão alimentícia.

3. O entendimento firmado junto ao STJ, dispensado ao caso dos autos, é no sentido de se prestigiar a impenhorabilidade prevista no dispositivo processual retromencionado, porquanto a possibilidade de se firmar contrato de mútuo, dispondo o servidor de seu salário e fazendo uso de sua margem consignável, de nítido caráter volitivo, não tem o condão de descaracterizar, em sede de execução (de evidente natureza compulsória), a aludida impenhorabilidade dos seus ganhos. Precedentes.

4. Na análise do AREsp 1.116.479-RJ, publicado aos 04.08.2017, o Min. Sérgio Kukma se utilizou da fundamentação produzida pelo TRF da 2ª Região, dada a consonância com a jurisprudência do STJ, nos seguintes termos: tratando-se a hipótese dos autos de pedido de consignação compulsória em sede de execução, inviável se mostra o pleito recursal, diante da vedação prevista no art.

649, IV. do CPC, bem como em virtude da ausência de previsão legal para o deferimento de tal medida.[...] e que, na execução, a penhora de renda ocorre sem anuência do devedor, em que o Estado-juiz. para satisfazer o credor, ingressa no patrimônio do executado, sem a concordância deste.[...] A própria lei processual estabelece limites para que a execução ocorra, dentre as quais se encontra aquele previsto no art. 649, IV, do CPC(...). (...) No mesmo sentido, o E. Superior Tribunal de Justiça, ao afirmar que, embora válido o empréstimo consignado em folha de pagamento, por haver anuência do devedor, não pode a mesma lógica ser aplicada quando já instituída penhora em sede de execução. (...) A regra que impõe limite na soma mensal dos descontos incidentes sobre a remuneração ou proventos de militares não configura, a toda evidência, direito subjetivo do credor a receber parceladamente dívida objeto de ação executiva a recair diretamente sobre a folha de pagamento, sendo incabível, portanto, a constrição na forma pretendida'. Nesse mesmo sentido: REsp 1.674.449-RJ - Ministro FRANCISCO FALCÃO. 22/06/2017; REsp 1.579.345-RJ - Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. 11/05/2017; AREsp 1.064.501 - Ministro SÉRGIO KUKINA, 03/05/2017; REsp 1.655.429 - Ministro MOURA RIBEIRO. 27/04/2017; e AREsp 1.077.584 - Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES. 27/04/2017; e REsp 1.650.393 - Ministro OG FERNANDES. 04/04/2017; e Resp 1.065.656 - Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE. 06/04/2017.

5. Agravo de instrumento não provido.

Recurso especial: alega violação dos arts. 1º e 23 da Lei 1.046/1950; 14 a 16 da MP 2.215-10/2010; do Decreto 6.386/2008; bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que: a) há possibilidade de penhora do salário do agravado para o pagamento do título executado; e b) "o limite dos descontos em folha do militar das Forças Armadas corresponde ao máximo de 70% (setenta por cento) de sua remuneração".

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da alegação genérica de ofensa à lei

A agravante alega genericamente violação do Decreto

6.386/2008. Deixa de indicar, todavia, especificamente quais dispositivos legais foram violados pelo acórdão recorrido.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 1º e 23 da Lei 1.046/1950; 15 e 16 da MP 2.215-10/2010 indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, neste caso, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à impossibilidade, na hipótese sob análise, de penhora do salário do agravado-executado, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

A falta de indicação do dispositivo legal (Decreto 6.386/2008) sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela

Superior Tribunal de Justiça

alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora